

PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2016/2017

EMPRESA A REIS ROCHA SERVIÇOS MARÍTIMOS ME

AMARRADORES PORTUÁRIOS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá a categoria dos Amarradores Portuários, com base territorial no Estado da Bahia - BA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA COMPOSIÇÃO SALARIAL

A remuneração da categoria, em razão do regime de turnos, será composta das seguintes parcelas:

- 1 - Salário Normal (Básico);
- 2 – Adicional de Periculosidade equivalente a 30% (trinta por cento) do Salário Normal;
- 3 - Horas Extras com 100% (cem por cento) a fazer;
- 4 - Horas Extras com 50% (cinquenta por cento) a fazer;
- 5 - Adicional Noturno;
- 6 - Integração do Reflexo do RSR – Repouso Semanal Remunerado;
- 7 - Divisor de horas 220 (duzentos e vinte).

Parágrafo Único – O pagamento da remuneração dos trabalhadores será feita até o 5º dia útil de cada mês. Caso ultrapasse esta data, a Empresa acordante, em observância à Súmula n.º 381 do Tribunal Superior do Trabalho - TST deverá atualizá-lo monetariamente, atendendo o cumprimento do Precedente Normativo nº 72 do TST, onde informa que deverá incidir sobre o salário do trabalhador, o pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da remuneração, caso o atraso seja de até 20 dias. Se superior aos 20 dias, à multa será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da remuneração, por cada dia de atraso.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE TRABALHO

Considerando-se as condições laborais de natureza especial, devido às operações de atracação e desatracação dos navios, no Porto de Madre de Deus, as partes convencionam que os Amarradores Portuários, trabalharão em regime de turno, sendo este de: 12x24 (doze horas de trabalho por vinte e quatro horas de descanso), perfazendo uma escala de 4 (quatro) dias de trabalho e posteriormente 4 (quatro) dias de folga.

EXEMPLO: Escala de Trabalho – 12 horas / 24h

DIAS SEMANAIS	SEGUNDA	TERÇA / QUARTA	QUARTA	QUINTA	SEXTA / SÁBADO	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
HORARIO	7h às 19h	19h às 7h		7h às 19h	19h às 7h				
TRABALHO	X	X		X	X				
DESCANSO			X						
FOLGA						X	X	X	X

Parágrafo Primeiro – A Empresa acordante manterá no mínimo 3 (três) equipes de trabalhadores Amarradores Portuários, para cumprimento das escalas de serviço, respeitando as condições mais benéficas já praticadas pela empresa.

Parágrafo Segundo – Nas atividades em que não forem possível, em virtude das exigências técnicas da empresa, a suspensão do trabalho nos dias de feriados civis e religiosos, a remuneração por estes dias, será paga pela empresa acordante, na proporção de 100% (cem por cento), salvo se o empregador determinar outro dia de folga.

Parágrafo Terceiro – Considerando as circunstancias especiais da prestação do serviço por escala, à empresa acordante pagará aos trabalhadores Amarradores Portuários, o percentual de 100% (cem por cento) do valor da hora normal, quando este vier a trabalhar em sua folga.

Parágrafo Quarto – Considerando as circunstancias especiais da prestação do serviço por escala, à empresa acordante pagará aos trabalhadores Amarradores Portuários, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, quando este vier a trabalhar em seu período de descanso, respeitando o dispositivo do Art. 66 da CLT.

Parágrafo Quinto – Caso a empresa tenha interesse de praticar a escala de trabalho no regime administrativo, está fará a comunicação ao Sindicato representativo, que convocará os trabalhadores Amarradores Portuários para aprovação. A carga horária estipulada para esta atividade será de 8 horas de trabalho, realizada de segunda a sexta-feira, com intervalo de 01 (uma) hora para refeição e aos sábados, a carga horária será de 4 horas e assim totalizará uma jornada de trabalho com 44 horas semanais.

- a) Fica estabelecido que, em havendo necessidade de extensão da carga horária em regime administrativo, será computado por cada hora que ultrapasse o horário normal de trabalho, de segunda a sexta-feira, o percentual de 50% (cinquenta por cento), que será apontado e pago juntamente com o salário do respectivo mês;
- b) No caso de necessidade de trabalho extraordinário aos domingos e feriados, as horas neles trabalhadas, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA QUINTA - DO ADICIONAL NOTURNO

O Adicional Noturno será pago ao trabalhador Amarrador Portuário, considerando-se o período compreendido entre 22h00min e 05h00min da manhã seguinte, com duração de cada hora de 52 minutos e 30 segundos, conforme descrito abaixo:

Salário Normal + Adicional de Periculosidade + Horas Extras X 0,2

CLÁUSULA SEXTA – DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (RSR)

Em face das peculiaridades do regime de trabalho dos amarradores portuários, serão pagas, a título de dobra da remuneração dos dias de repouso trabalhados e integração das horas extras no repouso remunerado, 04 (quatro) diárias por mês. O pagamento destas 04 (quatro) diárias, por mês, quita a obrigação patronal relativa ao repouso semanal remunerado e integração neste das horas extras na forma da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1.949.

$$\frac{SN \text{ (BÁSICO)} + AP + HE + AN \times 4}{30}$$

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TICKET ALIMENTAÇÃO

A empresa acordante, fornecerá mensalmente, ticket alimentação no valor de **R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais)**, observando-se as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro – O Ticket Alimentação previsto nesta cláusula não deverá ser fornecido “in natura”, ficando vedada a sua substituição por pagamento em pecúnia.

Parágrafo Segundo – O fornecimento do Ticket Alimentação previsto no caput desta cláusula, não terá natureza salarial, nem integrará a remuneração do Amarrador Portuário, na forma estabelecida pela Lei 6.321, de 14 de abril de 1976 e de seu regulamento nº 78.676, de 08/11/1976.

Parágrafo Terceiro – É vedada a comercialização, venda, troca ou empréstimo do cartão do Ticket Alimentação, sob pena de se excluir do programa de concessão desse benefício o empregado que infringir esta condição.

Parágrafo Quarto – O valor que será praticado pela empresa, para efeitos de participação do Amarrador Portuário, em atendimento as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, será no máximo de **R\$ 5,00 (cinco reais)**, do valor fornecido ao referido cartão, em desconto do contra cheque referente ao respectivo mês.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALE REFEIÇÃO

A empresa acordante concederá a seus empregados Amarradores Portuários, Vale Refeição no valor de **R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais)**, pagos mensalmente, através de recarga no cartão magnético do trabalhador, cujo teto máximo para desconto, no salário do empregado, em folha de pagamento, não poderá ser superior a **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

Parágrafo Único – O fornecimento do Vale Refeição previsto no caput desta cláusula, não terá natureza salarial, nem integrará a remuneração do Amarrador Portuário, na forma estabelecida pela Lei 6.321, de 14 de abril de 1976 e de seu regulamento nº 78.676, de 08/11/1976.

CLÁUSULA NONA - DO VALE-TRANSPORTE

A Empresa acordante concederá mensalmente o Vale Transporte, conforme o respectivo regime de trabalho, previsto na legislação vigente através da Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985. O benefício concedido ao empregado Amarrador Portuário, será equivalente ao percurso da residência dos mesmos até o local de trabalho e do local de trabalho até o retorno a sua residência, tendo a contribuição pelo trabalhador, no referido custo, a porcentagem de 6% (seis por cento) do Salário Normal, sendo o valor dividido de

acordo com sua escala, descontado em folha, conforme formula abaixo:

$$\frac{(\text{Salário Normal} \times 0,06) \times 14}{30}$$

30

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Empresa Acordante manterá Assistência Médica Supletiva para todos os seus empregados, abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, e seus dependentes legais.

Parágrafo Primeiro - A adesão do empregado na Assistência Médica Supletiva não é facultativa, salvo em casos de renúncia por escrito devidamente assinada pelo trabalhador.

Parágrafo Segundo - Os trabalhadores Amarradores Portuários terão cobertura de consultas médicas em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, a título de franquia, sem custo, até a sexta consulta por ano de contrato, por cada usuário, sendo a partir daí seus custos conforme condições contratuais junto a Operadora de Saúde.

Parágrafo Terceiro - Entende-se como dependentes legais, a partir do presente Acordo Coletivo de Trabalho, cônjuges, companheiros(as), filhos(as), enteados(as) e/ou menores que após o falecimento dos pais ou no caso de ausência destes forem representados por tutores, conforme previsto no art. 1728 do Código Civil.

Parágrafo Quarto - A Empresa se compromete em custear o plano de Assistência Médica e Odontológica, na mesma proporção acima, para seus empregados Amarradores / Encarregados e demais dependentes, quando o empregado estiver em afastamento pelo benefício do INSS / Previdência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado, à Empresa acordante concederá a título de auxílio funeral o valor equivalente a uma remuneração bruta do empregado Amarrador Portuário, o qual será pago diretamente a seus dependentes legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A Empresa A REIS ROCHA SERVIÇOS MARÍTIMOS arcará integralmente com os custos de seguro de vida em grupo para cobertura nos casos de risco de morte acidental, invalidez permanente e/ou morte natural do empregado no valor de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Único – A Empresa se compromete a fornecer para seus funcionários Amarradores e/ou Amarradores Encarregados, o certificado individual e as condições gerais referentes ao seguro contratado, conforme determinação da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA

No caso de despedida por justa causa, a empresa, deverá cumprir o preconizado no art. 482 da CLT e comunicar por escrito ao empregado o motivo da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REGISTRO DE EMPREGADOS

A Empresa acordante anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) a função efetivamente exercida pelos empregados, observando-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO

A empresa se obriga, quando de rescisão de contrato de trabalho de seus empregados que tenham mais de um ano de emprego, homologá-las exclusivamente no Sindicato acordante, conforme Ementa nº. 04, da Instrução de Serviço 01 de 17/06/1999, da Secretaria de Relações do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego D.O.U. de 18/06/1999, ou no âmbito do Ministério do trabalho conforme dispositivo do Art. 477 § 1º da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CARTA DE REFERÊNCIA

O representante legal da empresa A REIS ROCHA SERVIÇOS MARÍTIMOS se compromete a

fornecer a carta de referência ao empregado desligado, quando solicitado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LICENÇA PATERNIDADE

A Empresa acordante concederá licença paternidade de 05 (cinco) dias úteis para seus empregados, em atendimento ao dispositivo legal do artigo 7º, XIX da Constituição Federal e art. 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, mediante a apresentação da devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SEGURANÇA NO TRABALHO

Os empregados se obrigam a submeter-se às normas de segurança do trabalho praticadas pela Empresa, na sua totalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS UNIFORMES / EPI s

A Empresa acordante fornecerá uniforme e equipamentos de proteção individual, gratuitamente, tais como: capas, bota de borracha, capacete, luvas e óculos de proteção, a cada 6 (seis) em 6 (seis) meses, estes em quantidade suficiente.

Parágrafo Único - O empregado fica responsável pelo uso adequado, guarda e conservação dos uniformes e EPI (equipamentos de proteção individuais), fornecidos pela empresa, conforme política de segurança da empresa, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO ACIDENTE PROFISSIONAL

Na ocorrência de qualquer Acidente Profissional, em que haja instauração de inquérito, a empresa arcará com as despesas advocatícias necessárias à defesa do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RELAÇÃO ANUAL DOS EMPREGADOS – GPS

A Empresa acordante se compromete a fornecer trimestralmente ao Sindicato Profissional representativo, relação dos empregados abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de

Trabalho e quando do recolhimento da Contribuição Sindical e GPS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS VISITAS DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A Empresa não tem restrições quanto à visita de dirigentes sindicais ao local de trabalho, sendo, que para tal, a mesma definirá os dias e horários que não venham a prejudicar bom andamento dos serviços, atendendo os Precedentes Normativos n.º 83 e 91 do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO QUADRO DE AVISOS

A Empresa acordante permitirá a afixação de Quadro de Avisos para comunicações de interesses da categoria profissional, vedada à divulgação de matéria política partidária ou ofensiva a quem quer que seja, atendendo o Precedente Normativo n.º 104 do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS DIREITOS ADQUIRIDOS

Permanecem inalteradas as demais condições que vinham vigorando entre as partes anteriormente ao Acordo Coletivo de Trabalho, não modificadas expressamente por este instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO

A empresa A REIS ROCHA SERVIÇOS MARÍTIMOS se compromete a elaborar um Programa de Treinamento e Qualificação que contemple a atualização dos Amarradores Portuários em cursos extracurriculares, incluindo-se Treinamento Antipoluição, Sistemas de Qualidade (ISO, ISM-CODE, ISPS CODE, SMS e outros) e de Aperfeiçoamento Profissional.

Parágrafo Único – A empresa acordante, diante de suas possibilidades, realizará os cursos e treinamentos dentro do horário de labor de seus empregados, que não venham a prejudicar as operações de atracação e desatracação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA RENOVAÇÃO

Não estando concluídos até agosto de 2016 os trabalhos de renovação do presente Acordo Coletivo de Trabalho, fica este automaticamente prorrogado, até que sejam fixadas novas condições, sem prejuízo da retroatividade de possíveis novos benefícios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA MULTA

Por descumprimento de qualquer das cláusulas aqui estabelecidas, impõe-se à multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do SALÁRIO BASE da categoria profissional, por empregado, por infração, sendo a mesma revertida ao empregado prejudicado na sua totalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas entre as partes, decorrentes da aplicação das Cláusulas deste Acordo Coletivo de Trabalho, serão resolvidas, inicialmente, mediante entendimento entre as mesmas e em caso de impasse, recorrer-se-á, à mediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Bahia - SRTE/BA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO REAJUSTE SALARIAL

Os salários praticados em setembro de 2016 serão reajustados conforme tabela em anexo.

Parágrafo único: As diferenças salariais e de benefícios, provenientes dos reajustes constantes no presente Acordo, serão quitadas de uma única vez até o mês subsequente à assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes pactuantes deste Acordo Coletivo elegem o Foro da cidade de Salvador - BA, renunciando a quaisquer outros e em cumprimento ao artigo 114, inciso III da CRFB/88, redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45 de 08/12/2004, tem a competência as Varas do Trabalho da Cidade de Salvador para dirimir quaisquer conflitos pertinentes à representação, às contribuições sindicais, empregados e Empresa empregadora, todos pactuantes.

TABELA SALARIAL – AMARRADOR PORTUÁRIO ACT 2016/2017
--

	A	B	C	D	E	F	G
CARGO	Salário Normal Básico	Adicional Periculosidade	Horas Extras c/ 50%	Horas Extras c/ 100%	Adicional Noturno	RSR	Remuneração Bruta
Amarrador Portuário	R\$ 1.154,00	R\$ 346,20			R\$ 300,04	R\$ 240,03	R\$ 2.040,27

A	Salário Normal (Básico)	Valor Informado
B	Adicional Periculosidade	30% de A
C	___ Horas Extras c/ 50%	$(A + B) \times \text{___} \times 2 / 220$
D	___ Horas Extras c/ 100 %	$(A + B) \times \text{___} \times 2 / 220$
E	Adicional Noturno	$(A + B + C + D) \times 0,2$
F	RSR	$(A + B + C + D + E) \times 4 / 30$
G	Total	$A + B + C + D + E + F$